

A Controladoria-Geral do Estado do Piauí (CGE) apresentou, nesta sexta-feira (31), o auditor governamental que atuará diretamente na Secretaria de Estado da Justiça (SEJUS). Eraldo Ferreira assume o papel com a missão de garantir celeridade às análises de processos que precisam passar pela CGE e dar segurança ao gestor na tomada de decisões.



De acordo com o Controlador-Geral do Estado, Márcio Souza, a política de auditor setorial desburocratiza a relação entre a CGE e os demais órgãos do Governo, agilizando a tramitação dos processos.

“Precisamos dar soluções seguras aos gestores e fazer a gestão andar sem burocracia. Precisamos ser eficientes, por isso, vamos buscar trabalhar sempre preventivamente dentro do órgão, analisando os processos de contratação, pagamentos e prestação de contas e dar informações tempestivas aos gestores de modo a subsidiar a tomada de decisão, com segurança e eficiência. Essa é nossa missão institucional”, considerou.



O Secretário de Justiça, Carlos Edilson, avalia positivamente a presença do auditor setorial na SEJUS para garantir a segurança em suas decisões à frente da pasta.

“É extremamente importante ter esse apoio da CGE dentro da Secretaria de Justiça pois

teremos a oportunidade de sermos auxiliados na gestão, aprimorarmos nossas decisões, sempre priorizando a celeridade e a legalidade. A presença da CGE dentro da Secretaria de Justiça nos protege e fortalece a nossa gestão”, afirmou.

Eraldo Ferreira assume a função de auditor setorial da CGE na SEJUS na próxima segunda-feira (03).

“Nosso propósito é agir sempre de forma a nos anteciparmos aos eventuais problemas, focaremos no controle preventivo, mas sem abirmos mão do controle concomitante e posterior. Vamos atuar na licitação, por exemplo, analisá-la antes de ser adjudicada e homologada; mesma situação nos processos de pagamento, procuraremos atuar antes da sua efetivação, verificando se o serviço foi efetivamente prestado, o bem entregue, ou a obra feita. A nossa intenção é dar o suporte adequado à Secretaria para cumprimento das normas e que possamos apresentar soluções efetivas para a melhor aplicação dos recursos públicos”, afirmou.

